

Educação a distância: a oportunidade de inclusão dos idosos

Educación a distancia: la oportunidad de inclusión de los adultos mayores

eLocation-id: e0005

DOI <http://dx.doi.org/10.5965/19843178172021e0005>

Rosicleia Arruda de Souza

Universidade do Estado de Mato Grosso

rosicleiaarruda@hotmail.com | [ORCID](#)

RESUMO

Este estudo¹ teve como objetivo contribuir para o fomento de maiores discussões acerca da inclusão social dos idosos mediante a EaD, utilizando como metodologia a Revisão Narrativa de Literatura. Buscou-se por publicações inerentes ao assunto datadas entre os anos 1994 e 2018, selecionando-se um total de 21 obras. Estas, por sua vez, foram discutidas em quatro categorias: Contexto da educação para idosos; O envelhecimento como fator de exclusão e incapacidade; A relação entre idosos, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e Educação a Distância (EaD); Educação a Distância e inclusão. Os resultados desta pesquisa mostraram que a Educação a Distância se constitui como uma modalidade que propicia a inclusão dos idosos na sociedade, todavia, evidenciou-se a existência, no Brasil, de uma cultura enraizada que associa o envelhecimento humano a exclusão e incapacidade, como também, evidenciou-se a carência de métodos de ensino, didática e profissionais qualificados para tal realidade. Desta maneira, espera-se que este estudo contribua para fomentar maiores discussões sobre o assunto, culminando em outros projetos que venham a beneficiar os idosos.

Palavras-chave: Educação a distância; Tecnologias de informação e comunicação; Idosos; Inclusão;

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo contribuir a la promoción de mayores debates sobre la inclusión social de los adultos mayores a través de la educación a distancia, utilizando la metodología de Revisión de Literatura Narrativa. Se buscó por publicaciones sobre la temática entre los años 1994 y 2018. Se incluyeron 21 trabajos, los cuales fueron agrupados en cuatro categorías: Contexto de la educación para adultos mayores; El envejecimiento como factor de exclusión y incapacidad; La relación entre adultos mayores, Tecnologías de la Información y Comunicación (TIC) y Educación a Distancia; Educación a Distancia y inclusión. Los resultados de esta investigación mostraron que la Educación a Distancia se constituye como una modalidad que propicia la inclusión de los adultos mayores en la sociedad. Sin embargo, era evidente la existencia, en Brasil, de una cultura arraigada que

¹ Este artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino a Distância da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Brasil. Orientadora: Dr^a Glaucia Eunice Gonçalves da Silva. Período de realização do curso: 16/10/2017 a 24/02/2019.

asocia el envejecimiento humano a la exclusión y la incapacidad, así como, era evidente la carencia de métodos y recursos de enseñanza y profesionales calificados para esta realidad. De esta manera, se espera que este estudio contribuya para mayores discusiones sobre la temática, así como en otros proyectos que beneficien a los adultos mayores.

Palabras clave: Educación a distancia; Tecnologías de la información y comunicación; Adultos mayores; Inclusión;

Introdução

Pesquisa publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) aponta que o número de pessoas acima de 60 anos irá triplicar no Brasil até o ano 2050. A grande virada no perfil populacional brasileiro se dará em 2030, quando o número de pessoas acima de 60 anos ultrapassará o número de crianças de até 14 anos. Serão 18% de pessoas consideradas idosas e 17,6% de crianças.

É fato, que devido às ações efetivas contra a mortalidade infantil bem como aos avanços da medicina, a expectativa de vida dos cidadãos brasileiros aumentou consideravelmente. Porém, também é verídico que estas mesmas pessoas, hoje, estão segregadas da sociedade, tendo sua imagem sempre associada a degeneração e doenças, sendo vítimas de discriminação e de toda forma de desrespeito. Diante de tais fatos, a justificativa para este estudo se baseia em mostrar a realidade dramática na qual os idosos estão inseridos para que se possa discutir meios de transformar esta realidade.

Desta maneira, torna-se objetivo desta pesquisa: contribuir para o fomento de maiores discussões acerca da inclusão social dos idosos mediante a EaD. Fato este, de grande relevância para a sociedade bem como para comunidade científica, pois, como afirma Kreis *et al* (2007), os idosos representam um grupo etário emergente. Deste modo, pensar, projetar e ampliar meios eficientes que possam propiciar condições adequadas de aprendizagem, contribuem para a promoção social dos idosos, culminando em um país mais justo e igualitário, projetando maior respeito e valorização da diversidade brasileira.

Para isto, tal trabalho foi estruturado mediante a seleção de 21 obras, às quais foram divididas em quatro categorias. Na primeira se discorreu sobre o histórico da educação voltada aos idosos, tanto no Brasil quanto no exterior. Na segunda categoria se discutiu como o envelhecimento do ser humano é carregado de preconceito, principalmente em países ocidentais. Na sequência, mostraram-se os benefícios da EaD e TICs aos idosos, bem como alguns experimentos já realizados entre idosos, TICs e EaD. Por último, se viu como a modalidade de Educação a Distância é inclusiva por natureza.

Metodologia

A metodologia empregada na confecção deste trabalho é a Revisão Narrativa de Literatura. Informações oriundas da Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos (2015, p.2) definem tal metodologia:

Revisão da literatura é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica. “Literatura” cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos.

A “revisão narrativa” não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. É adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos.

Rother (2007, p.2) reitera o significado da Revisão Narrativa:

Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. As revisões narrativas não informam as fontes de informação utilizadas,

a metodologia para busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revistas impressas e/ ou eletrônicas na interpretação e análise crítica e pessoal do autor.

Com as definições acima descritas, fica evidente que muita fonte de informação acaba por não ser utilizada em um trabalho, porém, não diminui seu valor e sua qualidade, tampouco, invalida a sua contribuição para a ciência e sociedade.

Todavia, o tema do presente estudo é “Educação a Distância: A oportunidade de inclusão dos idosos”. A questão norteadora se baseou em: será que a Educação a distância aliada às Tecnologias de informação e comunicação (TICs), podem se constituir em meios de inclusão do idoso na sociedade?

Serão utilizadas como fontes de pesquisa para confecção deste trabalho: leis (que na perspectiva de Monteiro, Pajaú e Barroso (2016) devem ser valorizadas como importante ferramenta investigativa na área educacional, pois, podem trazer consigo, dentre outros, fragmentos da história de uma nação), artigos científicos e e-books oriundos, por exemplo, da base de dados Google Acadêmico; e, ainda, sites institucionais, etc. O instrumento de coleta de dados usado foi o Fichamento, que consiste em uma técnica de estudo onde se registram informações relevantes sobre determinada obra, como título, autor, ano de publicação, idéias principais bem como reflexões pessoais inerentes ao assunto de pesquisa.

Os critérios de inclusão da pesquisa foram buscar materiais, apenas em língua portuguesa, cujos objetos de estudo contemplassem quaisquer dos temas como Educação, Educação a distância (EaD), Tecnologias da informação e comunicação (TICs), idosos e inclusão, bem como, a utilização de artigos científicos oriundos de periódicos com processo de avaliação por pares (característica esta, que confere maior qualidade aos artigos). Já os critérios de exclusão basearam-se em não utilizar materiais provenientes de periódicos com política de acesso restrito, trabalhos incompletos, tampouco, materiais distantes do tema abordado, como, por exemplo, trabalhos totalmente voltados a área de saúde dos idosos. Para tal,

usou-se a base de dados Google Acadêmico (base esta, bastante difundida por incluir uma vasta gama de pesquisadores e universidades, como também permitir o acesso a artigos completos, livros, teses, dissertações e outros documentos), bem como, utilizou-se os termos de busca: TICs e idosos; EaD e idosos.

Objetivando cumprir os critérios de seleção buscou-se identificar quais trabalhos se aproximavam do assunto delimitado, e, mediante leitura de resumos e títulos de publicações datadas entre os anos 1994 (ano este, determinado pelo fato da promulgação da Lei 8.842 que trata da Política Nacional do Idoso) e 2018, chegou-se a seleção de 21 obras. Estas, por sua vez, foram discutidas em quatro categorias: Contexto da educação para idosos; O envelhecimento como fator de exclusão e incapacidade; A relação entre idosos, Tecnologias de informação e comunicação (TICs) e Educação a distância (EaD); Educação a distância e inclusão.

Resultados e discussão

Os dados encontrados, referem-se a leis brasileiras, matérias oriundas de portais institucionais de cunho explicativo, e-books, dissertação de mestrado e artigos científicos cujas metodologias basearam-se em estudos de caso, pesquisas de campo, relatos de experiência e pesquisas bibliográficas. Estão elencadas no quadro abaixo, contendo seus respectivos títulos, autores e ano de publicação.

Quadro 1 – Relação de publicações para estudo.

Título	Autor(es)	Ano
1. Lei 8.842 – Política Nacional do Idoso.	Brasil	1994
2. Educação especial: tendências atuais	Salto para o futuro.	1999
3. Lei 10.741 – Estatuto do Idoso.	Brasil	2003
4. Inclusão Digital de Pessoas da Terceira Idade Através da Educação a Distância.	Paulo CA; Tijiboy AV.	2005
5. Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?	Gil M.	2005
6. O impacto da informática na vida do idoso.	Kreis RA; Alves VP; Cárdenas CJ; Karnikowski MGO.	2007
7. Educação Inclusiva. Onde existem poucos recursos.	Stubbs S; Lewis, S. (ed.)	2008
8. A Invisibilidade dos Idosos: O Estigma Imputado aos Mais Velhos e Suas Implicações em Centro Comercial de Porto Alegre.	Figueiredo MD; Cavedon NR.	2009

9. As contribuições da internet para o idoso: uma revisão de literatura.	Miranda LM; Farias SF.	2009
10. Introdução a Educação a Distância.	Vidal EM; Maia JEB.	2010
11. Uma nova interface para a inclusão digital na terceira idade.	Moro GHM.	2010
12. O uso de um ambiente virtual de aprendizagem por idosos: considerações e discussões.	Machado LR; Behar PA; Doll, J.	2011
13. Velhice e Terceira Idade: tempo, espaço e subjetividade.	Rozendo A; Justo JS.	2011
14. Inclusão, Empoderamento e Políticas Educacionais: A Educação ao Idoso em Processo de Construção.	Oliveira Rita de Cássia da Silva; Oliveira F; Scortegagna P.	2012
15. A contribuição da educação à distância para a qualidade de vida na terceira idade.	Gaio C; Alencastro MSC.	2012
16. Aplicações e tendências do uso de tecnologias de informação e comunicação na educação superior presencial no Brasil.	Alfinito S; Paschoal T; Maduro-Abreu A; Cantal CBR. (orgs.)	2012
17. Velhice: melhor idade?	Barbieri NA.	2012
18. Utilização no cotidiano de tecnologias da informação e comunicação por idosos participantes da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade de São Paulo.	Batista MPP; Souza FG; Schwartz G; Exner C; Almeida MHM.	2015
19. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE.	Oliveira FE; Haracemiv SMC.	2016
20. Tecnologia da informação e comunicação.	Pacievitch T.	2018
21. Conhecendo e entendendo a universidade aberta à terceira idade.	Ordenez TN.	2018

Fonte: Elaborado pela própria autora (2018)

Apresentação das categorias

Contexto da Educação para Idosos

Ordenez (2018) diz que uma das iniciativas mais notáveis sobre educação para idosos se deu na França, em 1973, pelas mãos do professor universitário Pierre Vellas. Este professor tinha plenas convicções de que ações educacionais voltadas para idosos eram praticamente inexistentes. Deste modo, fez com que a Universidade de Toulouse abrisse suas portas para população idosa, independentemente da sua condição financeira e escolar. Os objetivos de tal programa residiam em tirar os idosos do isolamento, propiciando-lhes saúde, energia e interesse pela vida através de atividades adaptadas de cunho intelectual, físico, cultural, artístico e de lazer.

Ordenez (2018) diz ainda que no Brasil a primeira iniciativa em educação para idosos se deu pelo Serviço Social do Comércio (SESC) em 1970 com a fundação

das Escolas Abertas para Terceira Idade em São Paulo. Depois disso, vieram outras iniciativas, como por exemplo, em 1982, quando a Universidade Federal de Santa Catarina tornou-se a primeira instituição de ensino superior a aderir ao programa de Universidade Aberta à Terceira Idade. Atualmente, existem no Brasil aproximadamente 200 programas educacionais voltados a idosos, inseridos tanto em instituições públicas quanto privadas.

Com relação aos mecanismos públicos, a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Art. 205 enumera a Educação como um direito de todos os cidadãos, sem distinção. Brasil (1994), na Lei 8.842, sobre a Política Nacional do Idoso afirma que os direitos sociais do idoso precisam ser assegurados. Assim sendo, a criação de condições de promoção de autonomia, integração e participação de tais indivíduos na sociedade precisam ser fomentadas. O Artigo 10º aponta dentre outros, a necessidade de adequação de currículos, metodologias de ensino e materiais didáticos para o público idoso; a inserção de conteúdos relacionados ao processo de envelhecimento nas várias fases de ensino, objetivando a erradicação de preconceitos bem como a produção de conhecimentos inerentes ao assunto; o fomento de programas em Educação a distância apropriados a idosos como também o desenvolvimento de universidades para terceira idade. Já Brasil (2003) na Lei 10.741, que trata do Estatuto do Idoso, Cap. V e Art. 20, enumera que todos os indivíduos idosos têm direito a educação, cultura, lazer bem como a serviços e produtos que respeitem sua condição etária.

Embora existam mecanismos de proteção aos direitos dos idosos, é fato, que tais direitos são constantemente violados. Os idosos ainda permanecem na invisibilidade, ou ainda, são considerados indivíduos anormais, como aponta o estudo realizado por Figueiredo e Cavedon (2009, p.4):

As pessoas normais são percebidas como indivíduos sociais completos, dignos de atenção e respeito nos contatos sociais. Já os estigmatizados, são diminuídos e desumanizados, à medida que são destituídos totalmente de suas características em comum com os normais. Assim, normais e estigmatizados são definidos pelo senso comum como categorias absolutamente diferentes – e opostas – de

indivíduos, de modo que os padrões de julgamento que estabelecem as imperfeições dos estigmatizados não se aplicam da mesma maneira aos normais. A identificação dos estigmatizados e o tratamento social que recebem tendem a funcionar como exemplo de comportamentos condenáveis, que não devem ser seguidos.

Goffman (1996, *apud* Figueiredo e Cavedon, 2009, p.15) ainda afirma o seguinte:

O tratamento indiferente dedicado aos mais velhos no espaço organizacional evidencia os problemas de divisão de poder na sociedade, que advogam aos mais jovens o direito de utilização irrestrita e apropriação dos espaços públicos, enquanto aos idosos, que de alguma maneira ameaçam o equilíbrio social, se reservam às imposições de afastamento dos lugares de alta visibilidade pública, tal qual se fazia no passado com leprosos e doentes mentais.

Na visão de Figueiredo e Cavedon (2009), os estigmas atribuídos aos idosos são internalizados, passando a orientar discursos e ações em todo âmbito social. Ou seja, os estigmas atribuídos ao envelhecimento, criam raízes profundas na sociedade, acarretando em discriminação e falta de interesse na concepção de produtos e serviços adequados aos idosos bem como uma total falta de observância aos mecanismos de proteção direcionados a tais indivíduos.

Envelhecimento como fator de exclusão e incapacidade

De acordo com o Estatuto do Idoso, o indivíduo a partir de 60 anos de idade é considerado idoso. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), em países desenvolvidos, é considerada idosa a pessoa a partir de 65 anos de idade; já em países em desenvolvimento, o indivíduo passa a ser idoso a partir de 60 anos. A OMS também classifica o envelhecimento humano da seguinte maneira: meia-idade (45 a 59 anos); idoso (60 a 74 anos); ancião (75 a 90 anos) e velhice extrema (90 anos em diante).

De acordo com pesquisa realizada por Barbieri (2012) os termos “idoso, terceira idade, melhor idade, etc”, no fundo, trata-se de sinônimos, usados para

amenizar o termo “velho”. Tais sinônimos, foram introduzidos no contexto social por alguns profissionais da área da saúde, pois, para muitos destes profissionais o termo “velho” tende a depreciar o cidadão, assinalando-o como um ser ultrapassado.

Diante do estudo realizado por Rozendo e Justo (2011) o termo “velho” estaria se referindo àquele cidadão menos abastado da população que não possui condições financeiras para usufruir de produtos e serviços para sua faixa etária. Enquanto que o dizer “terceira idade” se aplicaria a camada da população que possui maior poder aquisitivo para usufruir dos produtos e serviços destinados a sua faixa etária. “Velho”, ainda de acordo com as investigações dos citados autores, seria aquele indivíduo que se isola, possuindo um comportamento mais retraído, enquanto a “terceira idade” buscaria um convívio social mais ativo.

Nota-se que as terminologias impostas as pessoas acima de 60 anos são várias, um tanto confusas, e que por vezes acabam sendo excludentes e carregadas de preconceito. Diante disso, torna-se mais viável utilizar as terminologias já difundidas tanto pela lei brasileira quanto pelos órgãos internacionais de saúde como a OMS, ou seja, “idosos”.

O estudo realizado pelo autor Moro (2010, p. 37) expõe a seguinte contextualização acerca da citada geração:

São sujeitos que participaram ativamente da política e da cultura brasileira durante toda a sua vida, que passaram por diversas revoluções, que fizeram com que tivéssemos a sociedade que temos hoje. Esses sujeitos atualmente se deparam com os passos largos dados pela ciência, pela genética, pela informática e pelos novos meios de comunicação. O problema é que, desta vez, não contam com o vigor da juventude e não têm a mesma facilidade que tinham para se adaptar às novas mudanças.

Na visão de Oliveira, Oliveira e Scortegagna (2012) nos países ocidentais como é o caso do Brasil, o envelhecimento é visto como algo sem valor, carregado de descrédito, preconceito e exclusão. O envelhecimento torna-se sinônimo de exclusão e incapacidade para produção e aprendizado.

O estudo realizado por Figueiredo e Cavedon (2009, p. 12) aponta como o envelhecimento é encarado:

Ser velho, na sociedade em que vivemos, é uma representação que associa as mudanças naturais dos corpos físicos a um irreversível processo de decadência que antecede a morte. Para os mais jovens, o confronto com a velhice evidencia percepções fatalistas sobre a transitoriedade da juventude e, nesse sentido, conviver com idosos evoca idéias tristes, mas que muitas vezes não encontram lugar no estado de espírito dos mais velhos. Mesmo que não correspondam à verdade, as representações sobre os idosos são estigmatizantes e os obrigam a se afastarem do mundo social. Aos idosos, está destinado o lugar da casa – mais especificamente da cama ou da cadeira de balanço em frente à TV –, e seus acessos ao espaço público devem ser muito restritos, e carecer do intermédio de um “jovem” que o acompanhe.

Porém, na visão de Oliveira e Haracemiv (2016) trata-se de uma realidade que pode e está a caminho de mudanças e quebra de paradigmas mediante a educação e diversas pesquisas. Tais autores percebem os idosos como cidadãos, possuidores tanto dos mesmos direitos quanto deveres que as demais pessoas, todavia, o fato de terem mais idade, implica em imenso conhecimento e experiência que mereciam ser valorizados e difundidos pela sociedade.

A relação entre idosos, Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) e Educação a Distância (EAD)

Pacievitch (2018) conceitua as Tecnologias de Informação e Comunicação como uma gama de recursos tecnológicos usados de forma integrada, visando alcançar um objetivo em comum. Elas estão presentes nas mais variadas formas, desde produtos e serviços destinados a indústria, comércio e setor de investimentos (automação, gerenciamento e informação em tempo real), até a educação. Neste quesito, educação, o seu uso está bastante evidenciado, uma vez, que proporciona

mais interatividade e formas inovadoras para apropriação de conhecimentos. É amplamente difundida na modalidade de educação a distância.

Alfinito *et al* (2012) enfatiza que o bom emprego das TICs pela EaD amplia consideravelmente o acesso de minorias sociais excluídas dos processos tanto educacionais quanto profissionais. Os idosos fazem parte deste grupo excluído, desta maneira, podem se beneficiar com o uso das TICs através da EaD.

Além do mais, é algo inegável, que as TICs estão intrinsecamente ligadas a EaD. Pode-se afirmar que a EaD não funcionaria sem as TICs. Por isso, é relevante discorrer sobre EaD e TICs no processo de inclusão e valorização dos idosos. Alguns exemplos de tecnologias são rádio, aparelhos de tv, fax, computadores, softwares, aplicativos de celulares para troca de mensagens, internet, e-mails, ambientes virtuais de aprendizagens, chats, etc, etc.

Kreis *et al* (2007) argumenta que está havendo uma grande valorização da informação no Brasil, e que o público idoso está se interessando cada vez mais por tal informação. Deste modo, as TICs, principalmente a internet, vem se destacando como meio bastante propício para inserção do idoso no panorama cibernético atual através de interatividade e acesso a informação, contribuindo para sua inserção social. Além disso, contribui ainda para estímulo psíquico e mental, certeza de capacidade de aprendizagem, descoberta de novas habilidades, aumento de autoestima, levando assim a melhorias de qualidade de vida.

Pasqualotti (2003, *apud* Machado, Behar e Doll, 2011) diz que o fato da obtenção de informações de maneira fácil, rápida e interativa aliada a recursos como sons, vídeos, figuras e animações, faz com que a internet se constitua em algo fascinador para os idosos.

Gaio e Alencastro (2012) enfatizam que o envelhecimento é um processo natural e gradativo, porém, pode ser retardado. A internet e o computador podem favorecer tal retardamento, no sentido de oportunizar acesso a bibliotecas virtuais, salas de bate-papos, fóruns e chats permitindo assim a obtenção de cultura e entretenimento. A interação entre idosos e a tecnologia contribui para redução de isolamento, estímulo da mente, facilitação de comunicação entre amigos,

aperfeiçoamento de capacidades, possibilidade de novas aprendizagens seja presencial ou a distância, acarretando em inclusão na sociedade globalizada e exercício de cidadania.

O resultado da pesquisa realizada por Miranda e Farias (2009, p. 383) aponta o seguinte:

[...] a internet para o idoso é um meio efetivo de divulgação de informações sobre saúde e atividade física, sendo considerada uma forma de lazer e uma ferramenta importante para a prevenção do isolamento social e da depressão, estimulando, também, a atividade cerebral. Conclui-se que o uso apropriado da rede contribui positivamente para o bem-estar do idoso, tanto por seu perfil informativo e lúdico quanto por seu uso caracterizar um processo de aprendizagem.

Pierre Lévy (1999, *apud* Moro 2010, p. 38) expõe a seguinte afirmação acerca do assunto:

[...] quanto mais pessoas tiverem acesso à internet (ao ciberespaço), mais se desenvolverão novas formas de "sociabilidade" e maior será o grau de apropriação das informações por diferentes atores, que poderão modificá-las segundo seus próprios valores (culturais, estéticos etc), difundindo-as, por sua vez, de uma nova maneira. Por isso, o fato de o ciberespaço mundializar o consumo (de produtos e de informação) não seria sinônimo de dominação. Pelo contrário, a característica principal deste novo meio de comunicação seria que, quanto mais universal, menos "totalizante" (ou totalitário).

Moro (2010, p.97) complementa tal discussão:

A democratização do acesso às tecnologias da informação e da comunicação pode trazer drástica repercussão aos meios de capacitação, produção e criação. A tecnologia viabiliza acesso ao conhecimento e pode ser um meio de emancipação de indivíduos, que passam, diante do seu domínio, a melhor identificar oportunidades, capitalizar riquezas e atuar com dignidade.

Paulo e Tijiboy (2005) enumeram os resultados de uma experiência de interação entre idosos em um "Curso Básico de Informática Para Pessoas na Terceira Idade Em Ambiente EAD":

A necessidade de estratégias específicas para compensar as limitações físicas e cognitivas; a falta da presença do professor no ambiente de aprendizagem; o chat constituiu-se na ferramenta mais utilizada pelos alunos, deixando-os a vontade; as tecnologias de informação e comunicação propiciaram melhoria na qualidade de vida dos alunos, uma vez, que forneceu-lhes informações e serviços úteis ao seu cotidiano, seja em casa ou em outros lugares.

A pesquisa de Batista *et al* (2015) onde se estudou a “Utilização no cotidiano de tecnologias da informação e comunicação por idosos participantes da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade de São Paulo”, trouxe os seguintes resultados relativos às dificuldades apresentadas pelos alunos, as quais poderiam contribuir para possível afastamento dos mesmos:

Insegurança; dificuldade de acesso a recursos de tecnologia assistiva que favoreçam o aprendizado; dificuldade de adaptação as novas tecnologias; pouca eficiência nas estratégias de ensino e aprendizagem.

Observa-se que os resultados dos experimentos apresentaram mais elementos benéficos que contraproducentes, provando assim, que é possível a oferta de cursos EaD aos idosos, respeitando suas limitações, utilizando recursos de tecnologias assistivas para viabilizar o aprendizado.

Paulo e Tijiboy (2005) ressaltam ainda que a interação entre idosos e informática deve ser prazerosa e motivadora, sendo assim, é necessário buscar didáticas que se adequem a esta nova realidade, colocando o aluno como centro de ação e fomentando sempre dois elementos fundamentais para um bom relacionamento: sensibilidade e paciência.

Contudo, na visão de Moro (2010, p. 17) a tecnologia atual apresenta-se de forma muito complexa:

A tecnologia existente atualmente no mercado, em sua maioria, não atende de forma adequada aos interesses e às necessidades da universalidade de usuários. Há um grande número de interfaces que não facilitam o acesso do usuário iniciante ao conteúdo apresentado. Apesar de comportar um amplo pacote de utilidades e de benefícios,

o produto complexo acaba por desestimular mesmo aqueles que já fazem parte do universo digital.

Moro (2010) salienta ainda que um dos públicos mais afetados pela complexidade da tecnologia atual é o de idosos, podendo causar estigmas, sentimentos de opressão e exclusão pelo fato da não obtenção de conhecimento. Desta maneira, tal autor defende a adequação da tecnologia ao público idoso, tornando-a simples, interessante, de fácil assimilação e instigante mediante a criação de recursos didáticos apropriados. Diante de tais mudanças, o citado autor afirma que o público idoso tende a sentir maior confiança e capacidade para aprender e interagir, levando a sensação de igualdade perante os outros.

Educação à distância e Inclusão

Na perspectiva de Vidal e Maia (2010) a educação a distância pode ser definida como uma educação sem fronteiras que confere uma aprendizagem flexível e acessível a todos, cujas principais características são a busca de superação de obstáculos relacionados a espaço, tempo e circunstâncias. É uma modalidade de ensino onde professores e alunos estão separados fisicamente, porém, unidos tecnologicamente.

Atualmente a EaD propaga-se mais rapidamente através da internet e outras Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), fazendo com que a aprendizagem e troca de informações desenvolvam nos alunos habilidades inerentes a iniciativa e independência.

Com relação à educação inclusiva, existem muitas definições, porém, a maioria delas evidencia apenas um determinado público como crianças ou pessoas com necessidades especiais. Um exemplo de definição para educação inclusiva é esta:

A Educação Inclusiva é um sistema de educação e ensino em que todos os alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo os alunos com deficiência, freqüentam as escolas comuns, da rede

pública ou privada, com colegas sem deficiências. Para tanto, as escolas comuns precisam prever recursos e apoio para atender às necessidades destes alunos (GIL, 2005, p. 14).

Gil (2005) esclarece ainda que o termo “alunos com necessidades especiais”, de acordo com Parecer CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica) nº 02/01, se refere a indivíduos com dificuldades elevadas de aprendizagem, indivíduos com dificuldades de comunicação, ou ainda, indivíduos superdotados.

Ainda existem algumas definições que nomeiam a educação inclusiva como sinônimo de educação especial. Para muitos autores/estudiosos são conceitos válidos, mas, muitos consideram que ainda falta algo nas definições. Sendo assim, uma definição mais completa para educação inclusiva é a de Stubbs e Lewis (2008):

A educação inclusiva é aquela que fomenta estratégias, atividades e processos que possibilitem tornar reais, de fato, os direitos universais. Reconhecendo que a aprendizagem começa no nascimento e permeia por toda a vida, incluindo desta maneira, a aprendizagem obtida em casa, na comunidade, nas situações formais, informais e não formais. Viabiliza que as comunidades, sistemas e estruturas combatam a discriminação, celebrando e promovendo a diversidade, fomentando desenvolvimento inclusivo, com o objetivo de conceber uma humanidade onde haja paz, tolerância, justiça, uso inteligente dos recursos, e, respeito as necessidades básicas e direitos dos indivíduos.

A definição acima apresenta-se mais completa, ou seja, conceitua a educação inclusiva como aquela que objetiva valorizar a diversidade humana, independente de raça, religião, gênero, aspecto físico e intelectual, idade, etc. Ela se baseia no princípio universal de que todos têm direito à educação. A educação inclusiva busca justiça social.

Diante do exposto, nota-se que a educação a distância, por conseguir chegar a lugares onde a educação presencial não chega, é uma modalidade originalmente inclusiva, pois privilegia aquela parte da população que antes era marginalizada e

que não tinha acesso a educação. Os idosos, infelizmente, pertencem a tal exclusão.

Oliveira, Oliveira e Scortegagna (2012, p. 3) afirmam o seguinte:

[...] a educação se constitui como direito fundamental do idoso, e age como política, na medida em que propõe e possibilita meios para os avanços sociais, reconhecimento da velhice, preparação para o envelhecimento, capacitação para enfrentar a globalização, formação para o mercado de trabalho, enfim, permita que o idoso se considere capaz, integrado e articulado, melhorando sua qualidade de vida.

Sobre a inclusão, verifica-se a seguinte afirmação:

Inclusão, numa sociedade de excluídos, passa a ser palavra chave para se alcançar a verdadeira democracia. A cidadania se estabelece pela igualdade dos direitos e deveres, e pela oportunidade de poder exercê-los plenamente (SALTO PARA O FUTURO, 1999, p. 67).

Oliveira, Oliveira e Scortegagna (2012, p. 7) ainda discorrem sobre a inclusão:

O processo de inclusão, mais do que a superação de situações de exclusão, deve lutar por uma mudança de opiniões e práticas na sociedade. Esta realidade deve ser contemplada nas instituições educacionais, encarada a educação enquanto um direito a todos os que são excluídos, destacando-se neste recorte, o idoso.

Uma educação a distância e inclusiva pode privilegiar os idosos, levando a novos conhecimentos, novos saberes, novas experiências e novos convívios, acarretando em uma melhor qualidade de vida, a um envelhecimento mais saudável, e, na visão de Machado, Behar e Doll (2011), a inclusão digital. Porém, para estes autores, tal inclusão está sendo fomentada apenas por instituições educacionais ou governamentais, sendo que seria necessário o fomento de tais práticas também por parte de outras organizações da sociedade.

Considerações finais

Diante do estudo realizado, chegou-se a resultados relevantes como:

A EaD se constitui como uma modalidade que propicia a inclusão dos idosos na sociedade, favorecendo ainda o estímulo das funções cognitivas e uma melhoria na qualidade de vida dos indivíduos.

Todavia, evidenciou-se a existência, no Brasil, de uma cultura enraizada que associa o envelhecimento humano a exclusão e incapacidade, fato este, que favorece, dentre outros, a disseminação de terminologias pejorativas.

Seja para educação presencial ou a distância, ainda existe carência de estudos para fomento de didática e materiais adequados para idosos bem como profissionais qualificados para lidar com esta nova realidade. Existem leis que relatam a importância da educação para os idosos, porém, faltam insumos, para o que está na lei, se torne real.

Sobre indicação de novos estudos, uma vez, que este trabalho se baseou apenas em uma revisão narrativa, torna-se importante uma continuidade da pesquisa mediante outras metodologias para se confirmar ou renovar resultados, ou ainda, a realização de pesquisas buscando desenvolver novas metodologias de ensino para o público idoso como também pesquisas enfatizando a importância da qualificação profissional para lidar com este público. A pesquisa é algo de suma importância, pois, é mediante seu uso que se pode chegar a concepção de produtos e serviços adequados aos idosos.

Por fim, com relação às limitações de estudo, talvez elas possam residir na pouca quantidade de materiais usados para tal, como também em falhas metodológicas. Um número maior de pesquisas relacionadas ao assunto induzem a maiores discussões, estas, por sua vez, acarretam em sugestões de melhoria e projetos reais de inclusão.

Referências

ALFINITO, Solange *et al*, (org.) **Aplicações e tendências do uso de tecnologias de informação e comunicação na educação superior presencial no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2012. Disponível em: <http://leunb.bce.unb.br/jspui/handle/123456789/28>. Acesso em 20 nov. 2018.

BARBIERI, N. A. Velhice: melhor idade? **O Mundo da Saúde**, São Paulo - 2012 36(1):116-119. Reflexão sobre o tema. Disponível em: https://www.saocamilosp.br/pdf/mundo_saude/90/17.pdf. Acesso em: 12 set. 2018.

BATISTA, M. P. P; SOUZA, F. G; SCHWARTZ, G; EXNER, C; ALMEIDA, M. H. M. Utilização no cotidiano de tecnologias da informação e comunicação por idosos participantes da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade de São Paulo. 2015. **Revista Kairós Gerontologia**, 18(4), pp. 405-426. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/30257>. Acesso em: 21 nov. 2018.

FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRONÔMICAS UNESP. Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. **Tipos de Revisão de Literatura**. Campus de Botucatu. 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 03 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de janeiro de 1994**. 1ª edição. Brasília. Reimpresso em maio de 2010. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/politica_idoso.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

FIGUEIREDO, M. D; CAVEDON, N. R. A Invisibilidade dos Idosos: O Estigma Imputado aos Mais Velhos e Suas Implicações em Centro Comercial de Porto Alegre. **II Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**. Curitiba/PR – 15 a 17 de novembro de 2009. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2009_ENGPR79.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

GAIO, C; ALENCASTRO, M. S. C. A contribuição da educação à distância para a qualidade de vida na terceira idade. **Revista Intersaberes** | vol. 7 n.14, p. 335 -367 |ago. – dez. 2012 |ISSN 1809-7286. Disponível em: <https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/329>. Acesso em: 20 out. 2018.

GIL, M. (coord.). **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ashoka Brasil, 2005. Disponível em: <https://livraria.imprensaoficial.com.br/media/ebooks/12.0.813.161.pdf>. Acesso em 20 nov. 2018.

KREIS, R.A; ALVES, V. P; CÁRDENAS, C. J; KARNIKOWSKI, M. G. O. O impacto da informática na vida do idoso. **Revista Kairós**, São Paulo, 10(2), dez. 2007, pp. 153-168. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/2596/1650>. Acesso em: 20 out. 2018.

MACHADO, L. R; BEHAR, P.A; DOLL, J. O uso de um ambiente virtual de aprendizagem por idosos: considerações e discussões. **Nuevas Ideas en informática Educativa**. 2011. Disponível em: <http://www.tise.cl/volumen7/TISE2011/Documento34.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

MIRANDA, L.M.; FARIAS, S.F. As contribuições da internet para o idoso: uma revisão de literatura. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.13, n.29, p.383-94, abr./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2009.v13n29/383-394>. Acesso em: 20 dez. 2019.

MONTEIRO, A; PAJAÚ, R; BARROSO, T. As leis como fonte para a história da educação na Primeira República Maranhense. **Revista Bibliomar**, São Luís v. 15, n. 1/2, jan./dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/6619>. Acesso em 26 jun. 2020.

MORO, G. H. M. **Uma nova interface para a inclusão digital na terceira idade**. Orientador: Prof.^a. Dr.^a. Giselle Beiguelman. 2010. 105 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital - TIDD). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. 2010. Disponível em: <https://leto.pucsp.br/bitstream/handle/18055/1/Glaucio%20Henrique%20Matsushita%20Moro.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.

OLIVEIRA, F. E; HARACEMIV, S. M. C. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**. Artigos. 2016. Volume I. Cidadania e direitos humanos dos idosos: desafios curriculares na educação básica. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_port_pdp_mirian_izabel_tullio.pdf. Acesso em: 21 nov. 2018.

OLIVEIRA, RITA DE CÁSSIA DA SILVA; OLIVEIRA, F; SCORTEGAGNA, P. Inclusão, Empoderamento e Políticas Educacionais: A Educação ao Idoso em Processo de Construção. **Seminário de pesquisa do PPE**. Universidade Estadual de Maringá. 07 a 09 de maio de 2012. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_03/066.pdf. Acesso em: 19 nov. 2018.

ORDONEZ, T. N. Conhecendo e entendendo a universidade aberta à terceira idade. **ABG – Associação Brasileira de Gerontologia**. 2018. Disponível em: <https://www.aterceiridade.net/conhecendo-e-entendendo-a-universidade-aberta-a-terceira-idade/>. Acesso em: 18 nov. 2018.

PACIEVITCH, T. Navegando e Aprendendo. Informática. Tecnologia da informação e comunicação. **Infoescola**. 2018. Disponível em:

<https://www.infoescola.com/informatica/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/>. Acesso em: 20 out. 2018.

PAULO, C. A; TIJIBOY, A. V. Inclusão Digital de Pessoas da Terceira Idade Através da Educação a Distância. CINTED-UFRGS. **Novas Tecnologias na Educação**. V. 3 Nº 1, Maio, 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/13797>. Acesso em: 21 nov. 2018.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, vol. 20, núm. 2, abril-junho, 2007, pp. v-vi. Escola Paulista de Enfermagem. São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307026613004>. Acesso em: 26 jun. 2020.

ROZENDO, A. JUSTO, J. S. Velhice e Terceira Idade: tempo, espaço e subjetividade. **Revista Kairós Gerontologia**, 14(2), ISSN 2176-901X, São Paulo, junho 2011: 143-159. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/8212>. Acesso em: 12 set. 2018.

SALTO PARA O FUTURO. Educação especial: tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. 96 p. - (Série de Estudos. Educação a Distância, ISSN 1516-2079; v.9). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002692.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

STUBBS, S; LEWIS, S. (ed.). **Educação Inclusiva. Onde existem poucos recursos**. The Atlas Alliance. 2008. fl_68. Disponível em: http://redeinclusao.pt/media/fl_68.pdf. Acesso em: 18 set.2018.

VIDAL, E. M; MAIA, J. E. B. **Introdução a Educação a Distância**. Secretaria de Educação a Distância (SEAD/UECE). RDS Editora. 2010. Disponível em: https://www.uece.br/cev/index.php/arquivos/doc_download/68-texto3. Acesso em: 18 set. 2018.

Recebido em: 25 de junho de 2019
Aprovado em: 04 de março de 2021